

## MANIFESTO 8 DE MARÇO - 2024

## MULHERES VIVAS EM DEFESA DA DEMOCRACIA

A vitória do povo nas eleições presidenciais de 2022, abriu novas perspectivas para a reconstrução do Brasil. As mulheres foram fundamentais para a eleição de Lula, por isso mesmo acreditam no avanço de suas conquistas!!! Lutando nas ruas e fortalecendo os espaços democráticos construiremos uma nova ordem! A DEMOCRACIA e o respeito à Constituição brasileira é o que garante que nossa voz seja ouvida e nossas reivindicações sejam atendidas. Convocamos todas(os) para fortalecer a DEMOCRACIA com unidade. Neste 08 de Março – Dia Internacional da Mulher de 2024, reafirmamos que avançar na consolidação da DEMOCRACIA é termos a garantia de comida no prato para nossos filhos e filhas. Em 2022, mais da metade da população brasileira (58,7%) convivia com a insegurança alimentar em algum grau - leve, moderado ou grave, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional / Rede PENSSAN. Precisamos da garantia de salário igual para trabalho igual - para o maior desenvolvimento econômico e de soberania e independência da nação brasileira através do trabalho, com direitos trabalhistas e salários decentes garantidos em todas as áreas e categorias. É necessário baixar os juros altos que impedem o crescimento da nossa economia, que impactam na qualidade de vida da nossa população, provocando desemprego, alto custo de vida e impedindo o acesso a produtos de necessidades básicas. Garantir a educação pública, de qualidade, sem estereótipos, sem preconceito, laica, e com gestão pública dos recursos públicos. Prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres, o racismo e a LGBTQIAP+FOBIA. Precisamos de creches públicas e de qualidade, com tempo integral e horários flexíveis, para garantir o cuidado e a educação adequada às crianças.

Precisamos ter acesso à profissionalização, em horários flexíveis, para disputar o mercado de trabalho com maior igualdade de oportunidades. É necessária a valorização do salário mínimo. Nós somos a maioria a tentar sobreviver com essa renda. Só um salário digno para atender as mulheres, garante maior consumo do que é produzido e a abertura de mais empregos na indústria urbana e rural. Precisamos da garantia de cotas em empregos, nas vagas geradas pelos investimentos públicos, com prioridade para as mães chefes de



família. Queremos a garantia de moradia para as mães chefes de família e para as famílias com menor renda, acesso a saneamento e segurança em todo o Brasil. Lutamos pelo fortalecimento do SUS e pela garantia de acesso universal, gratuito e público, para toda a população e pelo aumento no investimento e financiamento da saúde das mulheres, que nos últimos cinco anos não chegou a 30% de empenho. Queremos uma assistência social pública de qualidade para toda a família, principalmente para as crianças, os idosos e deficientes físicos, para que a carga de cuidados não recaia exclusivamente sobre as costas das mulheres. Queremos maior participação política, no parlamento, em todos os espaços de poder e decisões nas instituições e empresas públicas e privadas. Para isso é preciso o compromisso e apoio do conjunto da sociedade, principalmente para com as mulheres que encontram maiores dificuldades de romper barreiras devido à raca, etnia e diversidade sexual. Precisamos de maior prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar, política de gênero, jurídica e institucional, o assédio e a importunação sexual; o total cumprimento da Lei Maria da Penha; investigação e punição para todos os casos de feminicídios, lesbocídios e transfeminicídios ocorridos; fortalecimento das Redes de Enfrentamento e Proteção às mulheres e meninas; enfrentar e vencer o capacitismo que violenta as pessoas com deficiência no nosso país, ainda mais cruel com as mulheres. Pautamos a Revogação da Lei da Alienação Parental, com base nas orientações do CNS e da ONU que orienta banir termos ligados à "síndrome de alienação parental" nos tribunais por prejudicarem mulheres e crianças, em especial nas situações que envolvem violência doméstica e familiar

Os encargos decorrentes da maternidade devem ser assumidos pelo Estado e pela sociedade. Repudiamos a utilização da necessidade de maternar das mães para rebaixar salários e vetar promoções no trabalho. Precisamos da proteção da Amazônia e dos biomas vulneráveis, de uma maior sustentabilidade para garantir a preservação e manutenção dos recursos naturais e redução dos impactos das mudanças climáticas. Exigimos a retomada dos direitos e políticas públicas dos povos indígenas, em especial os Yanomami, povos tradicionais, povos ribeirinhas e quilombolas, com respeito às suas terras, culturas e corpos. Exigimos assegurar o acesso ao aborto legal previsto em lei, enterrar o estatuto do nascituro, buscando garantir a saúde integral, os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, sem discriminações, violências e constrangimentos. Precisamos pensarem todas essas políticas públicas levando em consideração a questão racial – as mulheres pretas são as que mais sofrem com as ausências de políticas públicas e violências de



gênero. Pela vida das mulheres! Sem machismo, sem racismo, sem violência! Mais políticas públicas de gênero! Atender as reivindicações das mulheres brasileiras é consolidar a DEMOCRACIA e combater o fascismo! 08 de março de 2024

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Desde que a marcha unificada se iniciou em 2017, elas estão em pauta, por isso, solicitamos à Câmara Municipal, a Prefeitura de Vitória da Conquista e Governo da Bahia uma posição pública sobre as questões apresentadas pela Marcha de Mulheres, neste 8 de março de 2023, e que ações efetivas expressem o compromisso com as mulheres trabalhadoras da Região do Sudoeste da Bahia, quais sejam:

- 1. Criação e implementação de um Programa Municipal / Estadual de fomento à formação integral e qualificada das mulheres e sua inserção em postos de trabalho não precarizados e sub-remunerados;
- 2. Incrementação real de uma política municipal de combate à violência doméstica e familiar, à cultura do estupro e ao assédio moral e sexual nos locais de moradia, estudo (escolas, faculdades e universidades), trabalho e no transporte público;
- 3. Funcionamento 24 horas da DEAM, conforme LEI Nº 14.541, DE 3 DE ABRIL DE 2023 que dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. concurso e qualificação/ampliação do quadro de profissionais da Delegacia para o acolhimento e acompanhamento das vítimas, com melhoria urgente dos serviços prestados:
- Celeridade no atendimento, nas oitivas e nas medidas protetivas, com estrutura capaz de atender à demanda;
- Realização de exame de corpo de delito na DEAM, já que a delegacia conta com estruturação de espaço físico adequado ao procedimento nas dependências da delegacia;
- 4. Efetiva implementação da Casa Abrigo, que seja flutuante e ofereça creche e escola para as crianças que acompanham as mães em situação de violência;
- 5. Efetiva implantação da "Parada Segura", garantia do sistema de Integração do transporte público e campanha contra a importunação sexual nesses espaços;
- 6. Implementação e financiamento do Programa Municipal Integral de Saúde da Mulher e do Programa Municipal Integral de Saúde da Mulher Negra e Lésbica;
  - No HMEM Melhorar a Assistência às mulheres grávidas, no Pré-Natal e parto, garantindo a vida dos recém nascidos e suas mães, para redução da mortalidade e mortandade materna-infantil;
  - Formação das/os servidoras/es da área da saúde para melhoria do atendimento às mulheres, superação da violência obstétrica e atenção especializada para lésbicas e transexuais;



- 7. Melhor estruturação da rede estadual, com prioridade no atendimento às crianças e adolescentes, ampliação dos serviços de Pronto Socorro e UTIs pediátricas no HGVC, mantendo e remunerando equipes especializadas, realizando seleção pública para o preenchimento de vagas, eliminando a pejorização, que precariza e desqualifica as trabalhadoras e trabalhadores da saúde.
- 8. Fortalecimento da rede municipal de ensino na zona rural e urbana e reestruturação curricular com o objetivo de incluir o conhecimento científico sobre formação social brasileira, o patriarcado, a emancipação das mulheres e da classe trabalhadora, orientação sexual, feminícidio, misoginia e discriminação racial;
- Implantação de um Sistema equitativo de distribuição de água na zona rural, com abastecimento de água potável em todas as residências, em quantidade suficiente para garantir a manutenção das famílias com dignidade e padrão de saúde;
- 10. Saneamento básico nos povoados com objetivo de evitar a proliferação de organismos transmissores de doenças;
- 11. Criação e implementação de um Programa Municipal de assistência social ampla que, entre outras medidas de cuidado, forneça cestas básicas semanais para mães-solo, idosas, indígenas, mulheres trans e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Viva o Dia Internacional de Lutas das Mulheres!